

HABEAS CORPUS Nº 549.175 - RS (2019/0359606-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : WEDNER COSTODIO LIMA
ADVOGADO : WEDNER COSTÓDIO LIMA - RS084271
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : IGOR DA ROSA KRUG (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de IGOR DA ROSA KRUG contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, no julgamento do HC n. 0256367-89.2019.8.21.7000.

Consta dos autos que o paciente teve sua prisão preventiva decretada em 12/1/2018 (fls. 82/86), com mandado de prisão cumprido em 26/7/2018, restando denunciado e pronunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, II, c.c. o art. 14, II, do Código Penal – CP (homicídio qualificado tentado). Posteriormente, os pedidos de revogação da custódia foram indeferidos.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. HÍGIDOS OS MOTIVOS QUE A ENSEJARAM.

1. *A regularidade da custódia do paciente foi reconhecida pela Segunda Câmara Criminal quando do julgamento do HC nº 70079081584.*

2. *O réu foi pronunciado em decisão datada de abril de 2019, quando mantida a prisão preventiva, pois hígidos os motivos que a ensejaram. O Juízo a quo mencionou a gravidade concreta dos fatos imputados, que contraindica a substituição da medida excepcional por cautelares alternativas.*

3. *O modus operandi utilizado e a existência de indicativos do caráter recidivante da conduta demonstram, concretamente, a necessidade de manutenção da prisão, observado o disposto no artigo 413, § 3º, do Código de Processo Penal. Preenchidos os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, não se identifica flagrante ilegalidade em desfavor do agente.*

ORDEM DENEGADA (fl. 13).

Superior Tribunal de Justiça

No presente *mandamus*, o impetrante sustenta ausência da fundamentação idônea para manutenção da prisão preventiva após a decisão de pronúncia. Alega que a decisão não estaria suficientemente fundamentada e pautada na gravidade abstrata do delito.

Destaca que o recurso em sentido desclassificou 4 tentativas de homicídio e deixou apenas uma para análise dos julgados, o que enfraquece a tese de acusação e a necessidade da prisão processual.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva, ainda que mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator